

TRÊS POSIÇÕES SOBRE OS PROTESTOS DE DERRUBA DE ESTÁTUAS EM 2020

Ísis Esteves Ruffo

Doutoranda em Filosofia Prática com foco em metaética e filosofia contemporânea (UFRJ). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO: Este artigo foi produzido com o objetivo de mapear e contextualizar algumas posições que se destacavam no debate público no ano de 2021 frente ao problema dos monumentos públicos de cunho racista e colonial presentes em diferentes cidades por todas as Américas. No Brasil, especialmente, a população insurgia contra a presença das estátuas do Borba Gato e o Monumento às Bandeiras na cidade de São Paulo e discutia-se a possibilidade de retirada destes monumentos, seja por protestos espontâneos da população, seja pelo poder público. Diante dos protestos de derrubada das estátuas, foi possível encontrar no debate público brasileiro três posições importantes e que foram confrontadas no artigo: A defesa da imediata derrubada e depredação dos monumentos pela população; a defesa da manutenção das estátuas, a defesa da ressignificação das estátuas. Este artigo procurou resumir e apresentar os argumentos de cada uma destas posições, ressaltando a contribuição teórica que o debate público pode obter de autores decoloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia decolonial; Colonialismo; Insurgência popular; Monumentos históricos

ABSTRACT: This article was produced with the objective of mapping and contextualizing some positions that stood out in the public debate in the year 2021 in the face of the problem of public monuments of a racist and colonial nature present in different cities throughout the Americas. In Brazil, especially, the population rebelled against the presence of the statues of Borba Gato and the Monumento aos Bandeiras in the city of São Paulo and the possibility of removing these monuments was discussed, either due to spontaneous protests by the population or by the government. Faced with the protests over the toppling of the statues, it was possible to find in the Brazilian public debate three important positions that were confronted in the article: The defense of the immediate overthrow and depredation of monuments by the population; the defense of the maintenance of the statues, the defense of the resignification of the statues. This article sought to summarize and present the arguments of each of these positions, highlighting the theoretical contribution that public debate can obtain from decolonial authors.

KEYWORDS: Decolonial philosophy; Colonialism; Popular insurgency; Historical monuments

INTRODUÇÃO

Uma onda de protestos tomou diversas cidades norte-americanas após a morte violenta e cruel do homem negro, George Floyd, pelas mãos de um policial americano branco. A atrocidade do ato tocou em velhas feridas da comunidade negra dos Estados Unidos que há gerações vem enfrentando uma abordagem violenta e homicida da polícia. Entre os diversos atos tomados pelos manifestantes, um de grande simbolismo foi a derrubada de algumas estátuas consideradas símbolos racistas que traziam à tona memórias da escravidão e da colonização na América. Entre os principais alvos nos Estados Unidos estavam as estátuas do navegador Cristóvão Colombo, visto pelos povos indígenas remanescentes e pela população afro-americana como um símbolo da colonização e genocídio indígena.

O movimento iconoclasta nos Estados Unidos já tem precedentes na história recente, como o caso de algumas estátuas homenageando rebeldes confederados da Guerra de Secessão⁶⁰ como a de Jefferson Davis⁶¹ e Robert Edward Lee⁶² que foram depredadas e retiradas de praças públicas em anos anteriores. Os protestos e as depredações de estátuas se expandiram além das fronteiras norte-americanas chegando em países europeus e sul-americanos. Em Bristol, Inglaterra, a estátua de Edward Colston⁶³ foi destruída e lançada em um rio da cidade. Na Bélgica, grupos de manifestantes vandalizaram e removeram a estátua do rei Leopoldo II, lembrado pela infame colonização do Congo⁶⁴. Em Lisboa, capital lusitana, a estátua do Padre António Vieira⁶⁵ também foi vandalizada. No Brasil, o debate público se volta⁶⁶, especialmente, para a controversa figura dos bandeirantes: A

60 A Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana foi travada entre os anos de 1861 e 1865 nos Estados Unidos entre os estados leais à União dos Estados Unidos e os Confederados que exigiam a independência política dos estados do Sul. Um dos estopins da Guerra Civil foi a então recentemente promulgada Constituição Americana que abolia o trabalho escravo – base econômica dos estados Confederados – basicamente agrícolas. Após serem derrotados pela União, os ex-rebeldes promulgaram leis segregacionistas raciais conhecidas como leis *Jim Crow* que impossibilitavam a recuperação da dignidade dos ex-escravizados e sua integração aos Estados Unidos. Naturalmente, os estados que se rebelaram contra a abolição da escravidão e posteriormente adotaram leis segregacionistas se tornaram um símbolo de racismo e segregação e frequentemente são idolatrados por movimentos supremacistas brancos.

61 Presidente dos Estados Confederados da América durante a Guerra Civil Americana, Jefferson Davis também foi o proprietário de uma plantação de algodão no estado do Mississippi que explorava o trabalho escravo.

62 Robert Edward Lee foi o comandante do exército da Virgínia do Norte quando esta declarou a sua separação dos Estados Unidos em 1861. Após o final da Guerra Civil, Robert Lee foi contra o direito de voto aos escravos libertos, mesmo assim se tornou um ícone do pós-guerra, especialmente, entre os estados do Sul.

63 Edward Colston foi homenageado em diversas cidades inglesas pelas suas doações filantrópicas para hospitais, escolas, igrejas e instituições de caridade, mas grande parte de sua fortuna foi adquirida por meio do tráfico e exploração de seres humanos.

64 O rei Leopoldo II acumulou grande fortuna com a colonização e exploração dos recursos naturais do Congo, já nos fins do século XIX. Fez uso em larga escala da mão de obra escrava dos nativos com amplo recurso a espancamentos, mutilações e assassinatos. Estima-se que até 15 milhões de pessoas possam ter sido assassinadas durante o regime.

65 Missionário português da Companhia de Jesus combateu a exploração e escravidão indígena, mas é uma figura controversa hoje em dia, uma vez que também defendia a evangelização e tutela dos povos indígenas.

66 Este artigo foi escrito no primeiro semestre de 2021.

estátua paulista de Manuel Borba Gato assinada por Júlio Guerra e o Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret estão entre as mais conhecidas e criticadas, mas nenhum ato recente de manifestantes atentou contra elas.

O ato carregado de simbolismo de derrubada e depredação de estátuas, como não poderia deixar de ser, é alvo de debates entre especialistas e a população em geral que se divide entre os que acreditam na reparação histórica da derrubada dos monumentos e aqueles que defendem a sua manutenção, apesar dos pesares. Há, ainda, uma terceira linha que defende a manutenção dos monumentos como uma referência à supremacia racial, mas como não há base racional ou ética em tal posição não daremos espaço a tal abominação neste ensaio. Em vez disso, apresentaremos aqui apenas aqueles argumentos que presam por um mundo justo, livre e humanitário, os quais serão mapeados e discutidos a seguir. Não é objetivo do texto convencer o leitor de qual posição ele deve assumir no debate público, como texto filosófico, nosso objetivo será, especialmente, o de apresentar e analisar o valor dos argumentos.

ARGUMENTO PELA RETIRADA OU DESTRUIÇÃO DAS ESTÁTUAS

O primeiro argumento que traremos a este texto é justamente aquele que explica as raízes dessa movimentação iconoclasta e de como ela pode ser legítima: o argumento pela retirada das estátuas. Segundo esta posição, as estátuas que representam figuras importantemente ligadas à escravidão e/ou colonização devem ser retiradas dos espaços públicos, pois sua manutenção é incompatível com os valores de uma sociedade democrática e justa.

Para exemplificar esta primeira posição, a fala da ativista indígena Jessa Calderón traz um grande apelo. Em junho de 2020, em Los Angeles, manifestantes derrubaram uma estátua do Frade Junípero Serra, fundador das primeiras missões na Califórnia. Calderón, na ocasião, disse: “Isto é só o começo do fechamento das feridas do nosso povo [...] Para nós, ver esta estátua é como se um judeu fosse obrigado a passar todos os dias diante de uma estátua de Hitler. Isso é Serra para mim” (CALDERÓN, El País, 2020).

Nesta curta sentença, Calderón trouxe à tona dois problemas que a presença das estátuas e monumentos⁶⁷ despertam. Em primeiro lugar, o caráter obrigatório da própria estátua. Todos os que vivem em uma determinada cidade estão obrigados a conviver com a presença do monumento,

⁶⁷ Para fins elucidativos, neste texto usamos a seguinte definição de patrimônio cultural: “Artigo 1º - Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural: Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.” (Cartas Patrimoniais: Recomendação de Paris, 1972)

independente dos sentimentos que ele desperte em cada um. Isso, obviamente, nos informa sobre quem são os habitantes legítimos daquela cidade, de para quem aquela cidade é pensada e de quem está “fora do seu lugar”. Uma cidade que glorifica um traficante de escravos em suas praças e espaços públicos, por exemplo, não é uma cidade pensada para acolher negros e não é uma sociedade que abomina e rejeita o racismo.

O outro fator impactante refletido nas palavras de Calderón é sobre a legitimação dos sofrimentos. Para nós, felizmente, parece inaceitável uma estátua de Hitler em qualquer lugar que seja, tanto porque ele representa valores que abominamos, tanto porque ele despertaria sentimentos de profunda tristeza e humilhação entre a comunidade judaica. Reconhecemos a atrocidade dos atos cometidos contra os judeus e respeitamos sua história e sofrimento, mas, enquanto sociedade, parecemos não fazer o mesmo quando um negro ou indígena reclama seu direito ao luto e ao sofrimento pela colonização e escravização. Parecemos não reconhecer nestes grupos seres humanos cujo sofrimento também é válido.

Ambos os problemas expressos nas palavras de Calderón parecem ter uma origem em comum, o racismo. Neste caso, a derrubada ou remoção dessas estátuas surgem como uma tentativa de tanto denunciar o racismo que elas expressam, como também de reparar a injustiça que permitiu que fossem erguidas e mantidas até os dias atuais. Para fazer compreender melhor essa posição, todavia, precisamos fazer uma breve incursão à história da colonização das Américas e da África para percebermos a profundidade deste argumento.

Em primeiro lugar, devemos dizer que, naturalmente, as pessoas homenageadas em espaços públicos, diferente de heróis de ficção, eram pessoas comuns que, como nós, carregavam defeitos e qualidades. Dificilmente encontraríamos figuras históricas que escapariam ilesas de um escrutínio moral, o que pode levar algumas pessoas a considerar injusto que elas sejam avaliadas a despeito das peculiaridades dos momentos históricos em que viveram. Entretanto, o problema não parece ser exatamente esse. Podemos observar que a escolha das pessoas históricas importantes e homenageadas no espaço público atende a certos padrões: As figuras escolhidas são (ou pelo menos foram em grande maioria) aquelas que privilegiam a história da dominação das Américas pela perspectiva dos europeus colonizadores. Os heróis nacionais não são aqueles que fugiram, se rebelaram e lutaram contra a colonização ou escravidão, mas aqueles que a praticaram e lucraram com essas práticas.

A escolha dos ídolos públicos então, reflete, não uma escolha inocente, mas certo privilégio dos homens ocidentais em contar a história dos povos de acordo com seus valores e perspectivas e,

assim, continuar a moldar as narrativas sobre o passado de acordo com projetos de mundo centrados na figura do homem e do branco. Este tipo de privilégio, segundo Grosfoguel, é que se chama *privilégio epistêmico*:

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos [outros] (...) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. (2016, p. 25)

Assim, podemos reconhecer que as imagens retratadas e homenageadas no espaço público que estão a gerar descontentamento não são simplesmente imagens de pessoas controversas em sua vida pública e privada, mas são as imagens que abertamente privilegiam uma narrativa eurocêntrica, racista e colonizadora sobre as Américas e que continuam hoje, ainda que silenciosamente, a reforçar a história de que o homem europeu é o protagonista e o herói das Américas e que os valores europeus são superiores aos de outros povos⁶⁸.

Embora a mera manutenção de certos monumentos históricos possa parecer, inicialmente, atitudes inócuas, é bem provável que sua presença esteja ainda a contar uma história eurocentrada e colonizadora, bem como a moldar o imaginário coletivo de hierarquia racial⁶⁹. Isso, por si só, já justificaria sua retirada, mas há ainda outro aspecto igualmente importante a considerar.

O segundo aspecto a se considerar é que, como as palavras de Calderón também nos mostraram, existe no movimento iconoclasta uma necessidade de legitimar e de fazer ser

⁶⁸ Essa escolha biográfica da nação reflete um movimento *historicida* (junção dos termos ‘história’ e ‘homicídio’): “Essa categoria busca apontar que as histórias revolucionárias, insubmissas, insurgentes de negros, indígenas e anarquistas são apagadas, negligenciadas, invisibilizadas na História. As constantes lutas por independência, liberdade e igualdade não são tratadas pela historiografia oficial. É por isso que não se estuda nos currículos acadêmicos a História das mais de mil sociedades indígenas que habitavam a região que se convencionou chamar de Brasil antes da chegada dos portugueses. A História brasileira absurdamente começa em 1500. A História das Américas começa em 1492. A História das resistências indígenas e negras ao colonialismo não faz parte dos currículos escolares. Não estudamos as histórias dos quilombos, mucambos e resistências indígenas e anarquistas. Simultaneamente, sabemos cada detalhe da História europeia (...) Com efeito, vigora a composição de um triplo epistemicídio/historicídio reforçando um racismo epistêmico/oficialista que ataca fundamentalmente a cultura, o saber e a *práxis* negras, indígenas e anarquistas. Assim, vigora um terreno fértil para a desqualificação de tudo que vem desses povos e de seus revolucionários, reforçando a colonialidade do saber e o seu consequente ocidentalismo” (MORAES, 2020, s/p).

⁶⁹ Bell Hooks, na *introdução* da obra *Olhares Negros*, reflete sobre a presença de imagens na mídia que cumprem o papel de reforçar uma hierarquia artificialmente construída entre as raças. Embora Hooks não se refira exatamente às estátuas, é possível que suas palavras tragam luz para nossa própria reflexão:

“Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos. [A ideologia de supremacia branca construiu] (...) imagens da negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar. Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial” (Bell Hooks, 2019, s/p).

Assim, as imagens em praças e prédios públicos poderiam reforçar uma naturalização sobre a história colonial e escravidão.

reconhecido os sofrimentos pelos quais passaram os povos colonizados e escravizados e de exigirem sobre eles uma reparação. Como ressaltamos inicialmente, não podemos nem mesmo cogitar a presença em espaço público de uma estátua homenageando Hitler, entretanto, a estátua do rei Leopoldo II na Bélgica pôde sobreviver por muitos anos sem despertar na população a mesma ojeriza que desperta o líder nazista.

Devemos nos perguntar a razão pela qual, ao longo da história humana, nós nos solidarizamos e empatizamos (corretamente) com o sofrimento e genocídio de certos povos, mas tratamos com estranha naturalidade o de outros. Embora a resposta seja obviamente que se trata de um caso de racismo, neste caso em especial, talvez seja possível vermos a influência de uma reflexão europeia sobre o *status* dos colonizados frente aos colonizadores que ainda pode estar a sobreviver nos dias atuais: Retornando mais uma vez a história das Américas e da África, com a chegada dos europeus ao continente americano, os nativos que aqui habitavam foram descritos como “povos sem religião”. No contexto histórico dos séculos XV e XVI, entretanto, povos sem religião significava não povos ateus, mas povos que não possuíam almas (Cf. GROSGUÉL, 2016, p. 36). Devemos nos lembrar que a alma é aquilo que, no contexto teológico cristão, separa os homens dos animais e os aproxima aqueles da natureza divina. A pressuposição de ausência de alma nos povos nativos da América leva então à conclusão de que indígenas não são humanos o bastante para desfrutarem de qualquer tipo de direito. O mesmo tipo de raciocínio se estendeu logo aos nativos africanos, o que justificou, inclusive perante a Igreja Católica, sua escravização e subjugação (Cf. GROSGUÉL, 2016, p. 37).

Por meio desta diferenciação, inicialmente teológica, mas que logo se tornou antropológica, o germe inicial do racismo como o conhecemos se estabeleceu na sociedade moderna e permitiu a construção de uma hierarquia “natural” entre colonizadores e colonizados, entre aqueles que eram humanos e não-humanos e, naturalmente, entre aqueles cujo sofrimento era válido e mereciam empatia e compaixão e aqueles cujo sofrimento era invisível, ou justificado, pois “não era pecado aos olhos de Deus” (GROSGUÉL, 2016, p. 37).

A secularização das sociedades modernas, por sua vez, não expurgou os antigos dogmas teológicos, ao invés disso, deu às crenças de superioridade racial uma nova roupagem naturalista. As ciências modernas do século XIX⁷⁰ foram eficazes em abrigar a antiga doutrina da hierarquia entre os povos com e sem alma, mas agora apelando à suposta inferioridade intelectual e moral da

70 Especialmente as doutrinas da craniometria e do determinismo biológico que defendia a hereditariedade das características intelectuais e outras capacidades humanas de modo que alguns grupos étnicos seriam inevitavelmente inferiores.

natureza de negros e indígenas, (e também de asiáticos e mulheres) o que permitiu explicar em termos *pseudocientíficos* a subjugação destes grupos, sua exploração e pobreza⁷¹. Essas doutrinas, talvez não tenham nos deixado inteiramente, e continuem a moldar, no imaginário coletivo e especialmente entre a população branca, uma divisão entre humanos e semi-humanos que nos torna menos sensíveis aos sofrimentos daqueles grupos que é composto de “outros”, mas não de “nós”.

Com esses dois desdobramentos trazidos sobre a argumentação, podemos, então, entender que a retirada das estátuas racistas e colonizadoras do espaço público representam tanto uma reparação biográfica das histórias das nações, como também uma tentativa de validar e respeitar os sentimentos de uma parcela importante da população. Entretanto, ainda que seja estabelecida a legitimidade da reivindicação, resta-nos, ainda, discutir sobre como a demanda deve ser efetivada e sobre isso há dois caminhos possíveis: Ou bem as estátuas são retiradas pelo poder público após consulta popular, ou são retiradas por atos voluntários da própria população.

No caso de esperar que esta medida seja feita pelo poder público há um problema óbvio: as demandas das classes sociais mais pobres, dos negros e indígenas quase nunca são ouvidas na administração das cidades, o que pode fazer com que muitas estátuas sejam mantidas ainda por muitos anos antes que sua presença seja, de fato, questionada naqueles círculos. A própria insensibilidade ao sofrimento dos negros e indígenas, como já mencionamos, e a prevalência da história eurocentrada na sociedade podem reduzir a adesão social do requerimento. Esse descaso pode estar por trás dos movimentos de desobediência civil que abrem este ensaio e que mostram uma recusa de parcela da população em continuar esperando que o poder público tome alguma providência concreta.

Por outro lado, atos voluntários contra o espaço e o patrimônio público também podem carregar algumas dificuldades, a mais proeminente delas é que atos isolados de grupos ou movimentos podem não engajar a população local no debate racial que subjaz aos atos. Alguns grupos dentro das cidades podem até mesmo não tomar conhecimento dos motivos que levaram a

71 A suposta relação hierárquica natural entre brancos, indígenas e negros foi usada como argumento para justificar a pobreza e os trabalhos precários realizados pelas pessoas não brancas. Sobre isso, Quijano pode ser esclarecedor: “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (...) os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO. 2005, p. 118).

retirada, demolição ou depredação do monumento e, portanto, é possível que se perca uma boa oportunidade para reavaliar nossos valores sociais em comunidade. Alguma reflexão neste sentido pode ser encontrada entre aqueles que defendem a manutenção dos monumentos históricos, como mostra o próximo argumento.

O ARGUMENTO PELA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O segundo argumento que exploramos neste texto é daqueles que defendem a manutenção das estátuas e outros monumentos pelo valor patrimonial dos mesmos. O escritor Laurentino Gomes, por exemplo, publicou em sua conta no *Twitter* sobre a derrubada de estátuas que: “Estátuas, prédios, palácios e outros monumentos são parte do patrimônio histórico. Devem ser preservados como objetos de estudo e reflexão” (GOMES, Laurentino. @laurentinogomes. 2020).

Nesta visão, a função do patrimônio não é apenas homenagear, mas guardar uma memória coletiva impedindo que atos, pessoas ou eventos sejam esquecidos. Isso não significa que tais monumentos tenham por única reverenciar aquilo que representam, eles também são alvos de reflexão e crítica. Manter estátuas de figuras como bandeirantes, traficantes de escravizados e lideranças autoritárias poderia ser uma forma de garantir que as futuras gerações façam os mesmos questionamentos que hoje nos é permitido fazer diante delas. A remoção das estátuas representaria retirar das futuras gerações o direito de estudá-las e criticar aquilo que representam.

Este é um argumento poderoso, porque evoca a existência dos patrimônios como testemunhos da história e a necessidade de garantir a equidade intergeracional. A carta patrimonial de Veneza, por exemplo, destaca este papel dos monumentos históricos logo em sua primeira página:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (Cartas Patrimoniais: Carta de Veneza, 1964, p. 01).

Não estaríamos então justificados em retirar estátuas do espaço público ou modificá-las de modo algum, porque isso seria retirar de nossos contemporâneos e das futuras gerações o direito a elas em sua integridade.

Tal argumento é perfeitamente compreensível, mas é provável que ele não ofereça a devida atenção à motivação que leva à derrubada das estátuas explorada no primeiro argumento. A presença no espaço público de símbolos da escravidão, do genocídio indígena ou de regimes autoritários reforçam e dão continuidade a humilhação daqueles períodos. O homem e a mulher

negra que hoje moram em Salvador são obrigados a passar diariamente pela estátua do traficante de escravos Joaquim Pereira Marinho, um homem que enriqueceu com a morte e subjugação dos povos negros. Essa ferida não foi cicatrizada e os danos não foram reparados. Ainda que a estátua tenha valor artístico e histórico, sua simples manutenção não faz justiça aos sentimentos e à dignidade da população negra, ou mesmo à população brasileira em geral que rejeite as leituras racistas que permearam o período da construção do monumento. Parece, portanto, que as pessoas têm o direito de se sentirem ultrajadas e desafiam a presença de tais monumentos históricos, apesar dos valores do patrimônio público.

Em segundo lugar, embora seja possível defender, como o autor Laurentino Gomes faz, que uma estátua ou monumento não tem por função unicamente a homenagem de uma figura ou evento, esta não é a leitura comum que fazemos da sua presença. De fato, alguns monumentos são construídos com a intenção de lembrar determinado evento histórico que repudiamos, como é o caso do Memorial aos Judeus Mortos da Europa⁷², mas, em geral, a existência de uma estátua em praça pública evoca o sentimento de admiração e valorização das virtudes e qualidades da figura ali representada. A estátua de Borba Gato em São Paulo, por exemplo, não foi erguida com o objetivo de lembrar o genocídio dos povos nativos, mas de exaltar a coragem e desbravamento dos bandeirantes e não seria um argumento justo tentar inverter isso.

Não podemos negar que quando uma cidade escolhe homenagear um personagem é passada à comunidade a ideia de que aquela pessoa é digna de admiração e deve ser seguida como modelo, mesmo que hoje em dia se tente fazer uma leitura mais crítica de certas figuras. A simples manutenção das estátuas não garante, portanto, que a população naturalmente irá ressignificá-las. O mais provável é que essas estátuas sigam reforçando certa narrativa sobre a história de um povo e certos valores sociais. Quando esses valores são racistas e colonizadores, não há justiça em mantê-los.

ARGUMENTO PELA MANUTENÇÃO, MAS RESSIGNIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS

A terceira linha de argumentação pretende conciliar tanto o valor da indignação coletiva que leva à retirada das estátuas quanto a necessidade de preservação do patrimônio. Um exemplo didático foi dado pelo professor de história pública Ricardo Santhiago da Unifesp. Em entrevista ao site *Café História* ele diz:

72 O memorial projetado pelo arquiteto Peter Eisenman encontra-se em Berlim e foi inaugurado em 2005.

Não devemos apagar os vestígios que as gerações que nos precederam consideraram dignos em certo tempo [...] [mas] não devemos desqualificar esses movimentos de derrubada – são exercícios de cidadania de grupos que não têm a devida representatividade no espaço público, ou que, efetivamente, são aviltados pela presença de certos bustos. Não discuto motivação, mas é possível discutir o método. (SANTHIAGO, Agência Café História, 2020.)

O método mais adequado indicado pelo professor, nestes casos, é a ressignificação dos monumentos por meio do que ele chama de “movimentos de rasura”. Neste caso, os monumentos não precisam ser destruídos, mas podem ser acrescentadas a eles camadas de significado por meio da intervenção de outros artistas ou da própria população pela pichação, por exemplo. Isso evidenciaria o conflito de narrativas do passado e do presente, mas sem apagar as narrativas passadas (SANTHIAGO, Agência Café História, 2020). Os monumentos seriam mantidos como objetos de reflexão, mas essa não seria mais tão silenciosa.

Uma posição semelhante foi defendida pela historiadora Lilia Schwarcz em seu canal no *Youtube* em que afirma:

[...] sou muito favorável, muito, que nós politizemos nossos monumentos públicos [...] monumentos públicos são monumentos pelos quais nós passamos todo dia e muitas vezes não refletimos sobre eles. [...] Eu não acho que é o caso de derrubar o Borba Gato, mas eu acho que é o caso sim de, por exemplo, fazer uma outra obra tensionando, obrigando a população a pensar quem foi Borba Gato. Ou então que a gente coloque o Borba Gato num museu. Alguma coisa tem quer ser feita [...] (SCHWARCZ, *Youtube*, 2020)

A diferença entre as duas posições reside na aceitação ou rejeição do voluntarismo com relação à ressignificação das estátuas. Enquanto o professor Santhiago é um pouco mais favorável aos atos voluntários da população contra as imagens públicas, a posição de Schwarcz parece indicar que a ressignificação dos monumentos deve ser promovida com a participação do governo, da população e de especialistas. Neste caso, monumentos poderiam ser ressignificados pela inclusão de novas placas mais críticas e reflexivas, contra-monumentos ou a retirada das estátuas para museus⁷³.

Infelizmente, esperar soluções do poder público pode ser inviável ao ponto de configurar uma crítica à tal posição, pois se atualmente o Estado brasileiro não encontra verba para manter adequadamente seu rico patrimônio histórico, pode ser que a tal retirada ou ressignificação das estátuas demore muitas gerações e, não seria justo obrigar as pessoas a conviverem pacificamente com símbolos dolorosos esperando que o poder público os remova. Além disso, como já

73 Este tipo de ato foi realizado, por exemplo, na Hungria, que criou um grande museu à céu aberto, o *Memento Park*, para abrigar estátuas de líderes e ativistas políticos do período soviético que antes da derrubada do regime estavam espalhadas por todo o país.

mencionamos, pode ser ingênuo esperar que as vozes de pessoas pobres, negras e indígenas sejam ouvidas adequadamente no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece que terminamos este texto no mesmo lugar que começamos, ou seja, sem uma resposta definitiva sobre o que deve ser feito com os monumentos públicos. Mas, talvez, este texto tenha trazido ao leitor alguma possibilidade de refletir sobre o tema e conhecer quais são os principais argumentos em circulação no debate público. De todo modo, esse foi o principal objetivo do texto e para esta finalidade é que buscamos trazer cada argumento com a devida honestidade e benevolência interpretativa. Entretanto, nestas linhas finais, algumas considerações podem ser feitas sobre os principais argumentos que encontramos: Em primeiro lugar devemos dizer, talvez, o que seja o mais óbvio: que não é possível pensar em formas de reparação histórica de qualquer natureza sem ouvir os movimentos de ativistas negros e indígenas. Não podemos pensar sobre a manutenção ou retirada de monumentos públicos, com justiça, se não houver espaço para empatia e legitimação do luto e sofrimento das diferentes populações e novas leituras não-eurocêntricas da história e para conseguirmos isso precisamos ouvir pessoas como a ativista Cálderon citada no primeiro argumento.

Em segundo lugar, é possível perceber uma convergência importante e otimista entre os três argumentos: Nenhum argumento digno de representatividade contestou a legitimidade da indignação causada pelos monumentos e isso pode indicar um amadurecimento social sobre qual tipo de sociedade queremos ser. Parece que não estamos dispostos a naturalizar os processos de escravidão e colonização e nem a aceitar harmoniosamente a narrativa eurocêntrica da história das Américas, embora, nem sempre, seja claro qual caminho devemos tomar neste intento.

Por último, devemos reconhecer que se pretendemos construir uma narrativa não-eurocêntrica da história das Américas e reconhecer a violência da colonização e da escravidão, então não podemos nos esquivar das questões difíceis. Devemos questionar radicalmente quem são nossos ídolos públicos. Naturalmente, isso pode trazer desconforto, necessidade de mobilização e até mesmo atos de desobediência civil, mas não pode mais ser evitado⁷⁴.

74 Um ano após este artigo ter sido produzido, as estátuas do Borba Gato e o Monumento às Bandeiras seguem em seus respectivos lugares sem que nenhuma medida de ressignificação tenha sido tomada. A ausência de uma mobilização real em relação ao problema pode contribuir para validar a posição central presente neste artigo de que as vozes das populações pobres, negras e indígenas não são adequadamente ouvidas no debate público e que aguardar soluções conciliadoras por parte do Estado pode ser uma espera ingrata e infrutífera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Sabrina. Vandalismo ou Reparação Histórica? *Revista Eletrônica Veja*, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica/>> acesso em 12/10/2020.

Cartas Patrimoniais: Recomendação Paris (1972) e Carta de Veneza (1964). Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPHAN (Brasil). Disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> acesso em 02/10/2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Trad.: Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número/Abril 2016.

HOOKS, Bell. *Olhares Negros: Raça e Representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

LEAL, Bruno. Especialistas comentam derrubada de estátuas pelo mundo. *Café História*, 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>> acesso em 12/10/2020.

LISSARDY, Gerardo. Derrubar todos os Monumentos do Mundo não muda o que aconteceu, diz vencedor do Pulitzer. *BBC News Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53472767>> acesso em: 12/10/2020.

MORAES, Wallace de. *Historicídio e as Necrofilias Colonialistas Outrocidas* – Uma crítica decolonial libertária. OTAL - OBSERVATÓRIO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA - DCP/IFCS/UFRJ, 2020. Disponível em: <<https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>> acesso em: 04/11/2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> acesso em 07/10/2020.

SCHWARCZ, Lilia. Está na hora de ressignificar nosso espaço público. *Youtube*, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uzsCjye262Y>> acesso em 04/11/2020.